

'São Paulo perde com a guerra fiscal'

Detalhes

Publicado em Segunda, 29 OUTUBRO 2012 - 22:20 - DIÁRIO DO COMÉRCIO - Economia
Escrito por Sílvia Pimentel

O Estado de São Paulo é um dos maiores perdedores da guerra fiscal. Não sem razão, o secretário estadual da Fazenda, Andrea Calabi, acompanha de perto as propostas que versam sobre o assunto no Congresso. Em entrevista ao **Diário do Comércio**, Calabi diz que as sugestões que serão apresentadas hoje pela comissão de especialistas do Senado parecem alinhadas com a Constituição. Na sua opinião, o governo federal tem a responsabilidade de prover o desenvolvimento regional para reduzir as desigualdades socioeconômicas dos Estados. "Sabemos que a guerra fiscal não promove a redução de desigualdades e o fim da unanimidade do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), como desejam alguns Estados, não ajudará na promoção desse desenvolvimento".

Lista de propostas sai hoje

Depois de seis meses de trabalho, a comissão de especialistas criada pelo Senado apresenta hoje, em Brasília, o relatório final das propostas sobre o novo pacto federativo. O grupo de especialistas nomeado pelo presidente do Senado, José Sarney, sugere novas regras para os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a distribuição dos royalties do petróleo, a dívida dos Estados com a União, além de restrições do uso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) como arsenal da guerra fiscal. As propostas foram divididas num projeto de lei complementar e numa proposta de emenda constitucional (PEC).

Para os especialistas, deve ser mantida a necessidade de aprovação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) nas questões relativas ao ICMS. A PEC estabelece a cobrança do imposto no destino, com alíquota uniforme de 4% no prazo de oito anos. Nesse período, as alíquotas atuais de 7% e 12% seriam reduzidas de forma gradual. A comissão é presidida pelo ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim, e tem como relator o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel. **Também integram a comissão os tributaristas Ives Gandra Martins e Paulo de Barros Carvalho.**

Os especialistas discutiram dois modelos para o FPE. No primeiro, a distribuição dos recursos está prevista para tornar mais uniforme a receita per capita dos Estados, com maior transferência para aqueles com receita mais baixa. Já o segundo se baseia em indicadores de renda per capita e tamanho da população. A comissão sugere a combinação dos dois modelos, com mecanismos para evitar alterações bruscas na passagem para as novas regras.

A proposta de partilha dos recursos do petróleo está condicionada à decisão sobre o FPE. O projeto de lei que trata dos royalties (PL 2.565/11), aprovado pelo Senado, prevê que parte dos recursos seja distribuída conforme os mesmos critérios do FPE. A comissão deverá estabelecer formas de compensar, por meio dos royalties, os Estados que perderem recursos com a reforma do FPE.

Sobre a correção das dívidas dos Estados com a União, a comissão propõe a substituição do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). A taxa de juros passaria a ser fixa, de 3% ao ano. Além disso, o comprometimento da receita líquida dos Estados com o pagamento da dívida cairia de 13% para 11%, no máximo.